

**IDENTIDADE ÉTNICO-CULTURAL E A LUTA POR RECONHECIMENTO:  
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE VISITA DE CAMPO AO QUILOMBO SÃO JOSÉ  
DA SERRA (RJ)**

Gabriela Almeida Kronemberger\*

**RESUMO:** Neste artigo, apresentaremos um relato de experiência de visita de campo ao Quilombo São José da Serra, localizado no distrito de Santa Isabel do Rio Preto, no município de Valença (RJ). No decorrer da visita de campo procuramos investigar elementos que constituem a identidade étnico-cultural desta comunidade, tais como: territorialidade; memória coletiva; formas de trabalho, renda e sustento; tradições e patrimônio cultural; educação escolar quilombola. Desenvolvida a partir da disciplina de Sociologia, esta proposta de pesquisa foi destinada aos alunos do Ensino Médio Integrado do curso Informática para Internet, do Instituto Federal do Rio de Janeiro, *campus* Engenheiro Paulo de Frontin (IFRJ/CEPF). Na visita de campo, os alunos realizaram observações descritivas, bem como entrevistas com moradores e lideranças locais. Apoiada em uma perspectiva de educação intercultural, o trabalho desenvolvido visou ir além do conhecimento e reconhecimento das diferenças, buscando a promoção do diálogo entre diferentes culturas e, assim, o estímulo do reconhecimento da alteridade e da empatia para a formação dos estudantes como cidadãos atuantes e conscientes no âmbito de uma sociedade plural, como a brasileira.

**Palavras-Chave:** Identidade Étnico-Cultural, Quilombo São José da Serra, Visita de Campo, Relato de Experiência.

**ABSTRACT:** In this paper, we present a report of field visiting experience in Quilombo São José da Serra, located in Santa Isabel do Rio Preto district, in the city of Valença (RJ). In the field visit we tried to investigate elements that constitute the ethnic-cultural identity of this community, such as: territoriality; collective memory; means of labor, income and subsistence; traditions and cultural heritage; quilombola school education. Developed from the discipline of Sociology, this research proposal was intended for students of the Integrated High School of the Informatics for Internet course of Instituto Federal do Rio de Janeiro, Engenheiro Paulo de Frontin *campus* (IFRJ / CEPF). In the field visit, the students made descriptive observations, as well as interviews with residents and local leaders. Based on an intercultural education perspective, the research meant to go beyond knowledge and recognition of differences, seeking to promote dialogue between different cultures and, thereby, the encouragement of the recognition of alterity and empathy for the formation of students as active and aware citizens within a plural society, such as the Brazilian one.

**Keywords:** Ethnic-Cultural Identity, Quilombo São José da Serra, Field Visit, Experience Report.

---

\* Possui Graduação (Bacharelado e Licenciatura) em Ciências Sociais pela UFRJ, e mestrado em Sociologia, com ênfase em Antropologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. Docente do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Email: gkronemberger@yahoo.com.br.

## Introdução<sup>1</sup>

Neste artigo, apresentamos um relato de experiência de visita de campo ao Quilombo São José da Serra, localizado no Distrito de Santa Isabel do Rio Preto, no município de Valença (RJ). Desenvolvida a partir da disciplina de Sociologia, a proposta de visita de campo à comunidade quilombola foi destinada aos alunos do terceiro período do Ensino Médio Integrado do Curso Informática para Internet, do Instituto Federal do Rio de Janeiro, *campus* Engenheiro Paulo de Frontin (IFRJ/CEPF).

Esta visita de campo constituiu uma das etapas de pesquisa desenvolvida na disciplina de Sociologia III do referido curso – durante o primeiro semestre de 2019 – cujo conteúdo programático prevê o estudo sobre questões raciais e etnicidade no Brasil, contribuindo, assim, para a observação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (conforme resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, CNE/MEC).

Tratou-se da realização de um estudo de caso, tendo por objeto de pesquisa o Quilombo São José da Serra. De acordo com Gustavo Silva (2016), esta comunidade quilombola é considerada a mais antiga do Estado do Rio de Janeiro, cujas origens remontam a 1850, período em que pessoas escravizadas do Congo, Guiné e Angola foram trazidas para trabalhar nas lavouras de café da Fazenda São José. Reconhecida oficialmente pelo governo federal como “remanescente de quilombo”, em 05 de abril de 1999, a comunidade abriga hoje cerca de 200 quilombolas, que buscam preservar suas tradições e memórias. O reconhecimento e oficialização de seu território veio em novembro de 2015, ano em que recebeu do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) de seu território tradicional, composto de 476 hectares (SILVA, 2016).

Durante a realização do estudo de caso, buscamos refletir sobre elementos que constituem a identidade étnico-cultural desta comunidade, tais como: territorialidade; memória coletiva; formas de trabalho, renda e sustento; tradições e patrimônio cultural; educação escolar quilombola. Como estratégia metodológica para buscar tais informações, realizamos uma visita de campo, na qual os alunos, divididos em grupos temáticos, realizaram observações

---

<sup>1</sup> Os resultados apresentados neste artigo são fruto do trabalho de conclusão do curso de Especialização em Conhecimentos Tradicionais e Práticas Escolares na Educação Básica, da Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF (2019).

descritivas, com registros fotográficos e em caderno de campo, bem como entrevistas com moradores e lideranças locais<sup>2</sup>.

O estudo dos conteúdos propostos pela disciplina de Sociologia, neste caso específico o estudo sobre questões raciais e etnicidade no Brasil, visaram permitir ao discente o desenvolvimento da reflexividade e criticidade acerca da sociedade contemporânea, e das questões sociais a ela relacionadas. Partindo dos princípios epistemológicos que norteiam a pesquisa e o ensino das Ciências Sociais – a saber: o estranhamento e a desnaturalização dos fenômenos sociais – buscamos instigá-los à inquietação e à problematização de situações encontradas em nossa sociedade.

Apoiado em uma perspectiva de educação intercultural, o trabalho desenvolvido visou ir além do conhecimento e reconhecimento das diferenças, buscando a promoção do diálogo entre diferentes culturas e, assim, o estímulo do reconhecimento da alteridade e da empatia para a formação dos estudantes como cidadãos atuantes e conscientes no âmbito de uma sociedade plural, como a brasileira. Com isso, esperamos ter contribuído para a produção de conhecimentos, atitudes e posturas de valorização e respeito à diversidade étnico-racial de nossa sociedade; colaborando, dessa forma, para o fortalecimento de ações educativas de combate ao racismo e à discriminação racial, em prol de uma sociedade plural e democrática.

A seguir, apresentaremos uma discussão teórica sobre diferentes perspectivas que marcaram o debate acerca da diversidade étnico-racial da sociedade brasileira em meio ao processo histórico de construção de uma identidade nacional. Na sequência, relataremos a experiência de realização da visita de campo ao Quilombo São José da Serra; e, por fim, encerraremos este trabalho com uma breve conclusão sobre a proposta aqui apresentada.

### **O debate sobre a questão racial no Brasil no processo histórico de construção de uma identidade nacional**

*“O negro vai ser sempre, enquanto não houver democracia no Brasil, o nosso melhor ponto de referência para determinar que o Brasil não é uma sociedade democrática. (...) Uma democracia deve ser um regime político, econômico, cultural, social que permite estabelecer igualdade entre todas as raças.”*

---

<sup>2</sup> Os resultados dessa experiência foram apresentados pelos alunos em duas atividades: a entrega de um relatório do trabalho de campo (individual), e apresentação de uma narrativa visual (coletivo), utilizando textos e fotografias que representavam a experiência vivenciada e os resultados encontrados sobre as respectivas temáticas trabalhadas pelos grupos.

(Florestan Fernandes, Entrevista para o programa Vox Populi, 1984<sup>3</sup>)

Há, no campo das Ciências Sociais, uma extensa tradição de estudos e análises que buscam interpretar o Brasil, relacionando a construção de sua identidade nacional ao entendimento sobre sua composição étnica e cultural, especialmente no que se refere às chamadas diferenças raciais. Homogeneidade ou diversidade: do que é feita uma nação? A nação é feita de diversidades étnicas e culturais? Ou é feita do conjunto de tradições comuns? Essas questões têm acompanhado o Brasil ao longo de sua trajetória, e passaram a ser respondidas e debatidas a partir de diferentes entendimentos e perspectivas teóricas sobre o assunto.

A partir do século XIX, surgem as primeiras tentativas para a construção de uma representação oficial do país, de uma identidade feita de continuidades, pautada na busca por uma “nacionalidade essencial”. No entanto, como analisa a antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz (2009, p. 80), essa “afirmação da unidade nacional passava pela seleção da paisagem e de seus habitantes, tomados de forma idealizada”. Na historiografia, na literatura, na iconografia, buscava-se promover uma cultura “genuinamente nacional”, pela criação de referenciais como símbolos dessa nacionalidade. A imagem do Brasil passava a ser delineada a partir dos traços de seus nativos, da natureza e de seus costumes. Em meio a uma sociedade marcada pela escravidão, esta era ocultada; e sua identidade construída de forma idealizada ou romantizada, mas menos realista.

Ao analisar o histórico dos discursos narrativos e interpretações sobre o Brasil, Lilia Schwarcz (2009) apresenta e discute diferentes perspectivas que marcaram o debate sobre a questão racial no país. Em finais do século XIX, o Brasil vivenciava a contradição entre teorias fundamentalmente excludentes: de um lado, a existência de um projeto liberal para a jovem república e a liberdade prometida pela abolição; de outro, a importação e adaptação de teorias e correntes de pensamento – positivismo, evolucionismo, darwinismo social e determinismos – que transformavam diferenças sociais em barreiras biológicas, levando à condenação da miscigenação e a defesa do “branqueamento” da população como solução para o país. Era assim que o pensamento intelectual das últimas décadas do século XIX se caracterizava: em meio a

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x-MsLXgrBdo>. Acesso em 02/08/2019.

uma realidade miscigenada, viam na mestiçagem um sinal de decadência e um princípio de degeneração social, como entrave ao progresso do país.

A cultura mestiça passou a despontar como representação oficial da nação na década de 1930, a partir de uma perspectiva culturalista<sup>4</sup> que negava “o pessimismo advindo das teorias darwinistas que desvalorizavam a miscigenação existente no país” (SCHWARCZ, 2009, p. 95). Um marco nesse movimento foi a publicação da obra *Casa-Grande & Senzala*, em 1933, pelo escritor pernambucano Gilberto Freyre.

Tendo o mundo agrário e escravista do nordeste brasileiro dos séculos XVI e XVII como objeto de estudo, Gilberto Freyre narra a intimidade e cotidiano das relações entre as “três raças”, tendo como cenário casas-grandes e senzalas dos latifúndios de cana-de-açúcar do nordeste do país. O autor explica a formação social brasileira através da vida nos engenhos, com enfoque na miscigenação racial durante o período colonial brasileiro, que passa a ser analisada como meio, solução e vantagem para a colonização do Brasil. De acordo com a interpretação de Freyre, a miscigenação significaria a diminuição das distâncias entre senhores e escravos, democratizando as relações sociais no Brasil, possibilitando o que denominou como o “equilíbrio de antagonismos entre as três raças”.

A análise de Freyre transforma a mestiçagem em valor positivo, destacando as contribuições de negros, índios e mestiços para a cultura brasileira; colaborando, com isso, “para completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada” (MUNANGA, 1999, p. 79). A partir dessa dupla mistura (biológica e cultural) entre as três raças originárias, surge a ideia de “democracia racial”, como explica Kabengele Munanga (ibid., p. 79-80):

Freyre consolida o mito imaginário da sociedade brasileira configurada num triângulo cujos vértices são as raças negra, branca e índia. Foi assim que surgiram as misturas. As três raças trouxeram também suas heranças culturais paralelamente aos cruzamentos raciais que deu origem a uma outra mestiçagem no campo cultural. Da ideia dessa dupla mistura, brotou lentamente o mito da democracia racial: “somos uma democracia porque a mistura gerou um povo sem barreira, sem preconceito”.

<sup>4</sup> A partir da década de 1930, com a publicação da obra *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, inaugura-se um novo paradigma para a explicação da sociedade multirracial brasileira pautado em uma perspectiva culturalista. Por perspectiva culturalista entende-se explicações de ordem cultural, apoiadas no princípio de relatividade cultural, que considera fundamental a diferença e distanciamento entre o “biológico” e o “cultural”. Neste sentido, o tema da miscigenação passa a ser interpretado não tanto do ponto de vista biológico, mas cada vez mais a partir da ordem cultural (SCHWARCZ, 2009; MUNANGA, 1999).

Assim, “democracia racial” passou a ser expressão utilizada no Brasil para exaltar a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, possibilitada pela miscigenação.

Se por um lado, o autor de *Casa-Grande & Senzala* contribuiu para o debate intelectual brasileiro deslocando o eixo da discussão, ao operar a passagem do conceito de “raça” para o conceito de “cultura”, permitindo um maior distanciamento entre o “biológico” e o “cultural”, bem como eliminando uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da miscigenação (MUNANGA, 1999, p. 78); por outro lado, Freyre não privilegiou em sua análise as relações assimétricas de poder entre senhores e escravos, como não observou as relações de desigualdade e de violência presentes no cotidiano dessas relações (ibid., p. 80). Por este motivo, a ideia de “democracia racial” passou a ser criticada nas décadas seguintes, sendo denunciada como mito, uma imagem idealizada, servindo para ocultar ou até justificar a posição inferior do negro na sociedade brasileira.

A partir da década de 1950, pesquisadores voltados a analisar a realidade racial brasileira passam a problematizar a ideia de convívio harmonioso entre as raças contida na tese da “democracia racial”. Dentre eles, o sociólogo paulistano Florestan Fernandes, considerado o fundador da sociologia crítica no Brasil. Abordando a temática racial a partir do ângulo da desigualdade econômica e social, Florestan Fernandes inaugura uma nova fase do estudo do negro no Brasil, rompendo com explicações de caráter culturalista até então em voga.

“A ausência de tensões abertas e de conflitos permanentes é, em si mesma, índice de ‘boa’ organização das relações raciais?”, questiona o autor ao publicar, em 1964/1965, o livro *A integração do negro na sociedade de classes*. Centrando sua análise no tema da modernização do país e da situação das classes sociais, tomando por objeto de estudo a sociedade urbana capitalista paulista em desenvolvimento, nas décadas de 1940 e 1950, Fernandes analisa a passagem de uma sociedade escravocrata a uma sociedade capitalista dividida em classes sociais.

De acordo com Fernandes, apesar da sociedade de classes capitalista ter como princípio ser um sistema social aberto, em termos de organização das relações sociais; no Brasil, o processo de seu desenvolvimento se deu, no entanto, sem modernizar também os padrões de dominação racial herdados do passado (FERNANDES, 1978, p. 333). Assim, conclui Fernandes, o regime de classes funcionou como um sistema social aberto, competitivo e

democrático apenas para a “população branca”, fazendo com que a desigualdade racial se mantivesse quase intacta e segundo os moldes típicos do antigo regime. A existência de certa inércia cultural fez com que a “cor” continuasse a “operar como marca racial e como símbolo de posição social, indicando simultaneamente ‘raça dependente’ e ‘condição social inferior’” (ibid., p. 337). “O negro prolonga, assim, o destino do escravo”, afirma Fernandes (ibid., p. 346), evidenciando o paralelismo entre “cor” e “posição social” – encarado como algo natural, necessário e inevitável.

Essa constatação, por Florestan Fernandes, de um “dilema racial brasileiro” - em que o regime de classes sociais desenvolvido no Brasil se deu de forma fragmentária, unilateral e incompleta, não conseguindo abranger, coordenar e regulamentar as relações raciais, que não foram totalmente absorvidas e neutralizadas, desaparecendo atrás das relações de classes – serviu de inspiração para o Movimento Negro Brasileiro, durante as décadas de 1960 e 1970, que assumiu como bandeira política a luta contra a tese da democracia racial. Esses movimentos se mobilizaram em prol do resgate de sua identidade étnica, atuando na redefinição do negro, dando-lhe uma consciência política e uma identidade étnica mobilizadora, objetivando a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, isto é, plurirracial e pluricultural (MUNANGA, 1999).

Na década de 1980, a promulgação da Constituição Federal de 1988 – notadamente cem anos após a abolição – é considerada uma virada radical na forma de pensar e viver o Brasil enquanto experiência coletiva (PEREIRA, 2000 *apud* LIMA e CASTILHO, 2010). Como marco histórico nesse processo está o reconhecimento, pela nova constituição, da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, onde o Estado deveria emitir-lhes os títulos respectivos. Segundo os antropólogos Antônio Carlos Lima e Sérgio Castilho (2010, p. 234), “a constituição teria instaurado as bases de um Estado pluriétnico, onde um código cultural dominante não pode suprimir a existência da diversidade sociocultural. Desta forma, a discussão das questões étnicas está na ordem do dia na sociedade brasileira”.

O reconhecimento do Brasil como uma sociedade pluricultural e pluriétnica leva a um movimento de construção de sua identidade que deve ser pensada, não mais a partir da homogeneização, assimilação e supressão de diferenças étnicas, mas pela consideração e valorização da sua diversidade étnica e cultural. Dessa forma, a noção de “etnicidade” pode ser

uma importante chave explicativa para a compreensão dos complexos processos de construções identitárias das diferentes coletividades que compõem uma sociedade ou Estado Nacional.

A noção de “etnicidade” permite pensar a existência, em uma mesma sociedade, de indivíduos portadores de identidades etnicamente diferenciadas, onde “etnicidade designa o sentimento de ser portador de atributos distintivos face aos integrantes de outros grupos, atributos estes que são considerados os mais importantes pelos indivíduos que pertencem a um dado grupo” (LIMA e CASTILHO, 2010, p. 234). É importante destacar que o termo “etnicidade”, como marcador de diferença, é um fenômeno de ordem essencialmente cultural, afirmam os autores. Portanto, “etnicidade” se difere assim de “raça”, ideia que “funcionou não só como uma tese científica acerca das características biológicas distintas, mas também como ideologia e fundamento para os mais diversos tipos de preconceito e formas de racismo” (ibid., p. 239-240). Esta noção de “etnicidade” traz contribuições para o entendimento sobre a existência de diferentes identidades culturais em uma mesma sociedade pois, como explicam Antônio Carlos Lima e Sérgio Castilho:

a noção de etnicidade designa, pois, a vivência e expressão de certos graus e formas de coerência, solidariedade e uma consciência da diferença própria a cada grupo étnico. Baseia-se no compartilhamento de uma trajetória histórico-social e interpretações acerca dessas experiências, inscritas sob a forma de tradições orais ou escritas em mitos, histórias de origem e trajetórias comuns. Pela seleção de elementos marcadamente culturais, portanto, a noção de etnicidade, como marcador de diferença social de grupos, sinaliza para o modo como os grupos étnicos se afirmam em matéria de orgulho e positividade em oposição à visão que deles têm outros grupos, em especial quando esses são segmentos dominantes em termos de poder das sociedades de que fazem parte (2010, p. 233).

Dessa forma, apesar de já superado do ponto de vista científico, pelos avanços tanto nas Ciências Humanas quanto na Biologia, a persistência da ideia da existência de diferentes “raças” e do racismo continua a operar com força no senso comum e nas diferentes esferas da sociedade brasileira. Nesse sentido, deve-se destacar a importância dos movimentos e manifestações de afirmação étnica que buscam, através da interlocução com o Estado, a negociação e o reconhecimento dos direitos pretendidos por estes grupos. Dentre eles, povos e comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, estão entre os atores sociais que “vêm lutando pela transformação da esfera pública e mais especificamente pela própria mudança da ideia de Estado no Brasil, assim como por alterações no sistema de instituições estatais, no sentido de construção de uma realidade pluriétnica e multicultural também neste plano” (LIMA e CASTILHO, 2010, p. 244).



O reconhecimento, pela nova constituição, do Brasil como uma sociedade plural figura como uma importante conquista em meio a esse processo. No entanto, isto não foi suficiente para garantir uma distribuição equitativa de direitos para os diversos grupos étnicos, muito menos para acabar com a existência de preconceitos, discriminações e racismos no país; sendo, portanto, necessária a continuidade da reivindicação da inclusão dessas questões na agenda política do país.

Na década de 1990 e, sobretudo, nos anos 2000, novos debates e ações visando à criação de políticas de ação afirmativa voltadas à população negra foram desenvolvidos no Brasil. Dentre elas, podemos citar a criação, em março de 2003, da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e a instituição da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Tal processo foi acompanhado pela obrigatoriedade da inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica.

A promulgação da Lei nº 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996 – incluindo artigos específicos (Art. 26-A, 79-A e 79-B) para a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial das escolas brasileiras. A inserção dessas temáticas nos currículos escolares da educação básica passou, então, a ser orientada pela instituição das "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana", dada pela Resolução nº 1, de 17 de junho 2004. De acordo com o Art. 2 desta resolução, o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana tem por meta "promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática". Esta medida objetivou também promover a produção e divulgação de conhecimentos sobre esses diferentes povos, buscando o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como o respeito aos direitos legais, em prol da consolidação da democracia brasileira.

Essas ações – acompanhadas mais recentemente de outras, como a instituição do "Estatuto da Igualdade Racial" (Lei nº 12.288/2010) e a criação da "Lei de Cotas" (Lei nº 12.711/2012) – visam promover alterações positivas na realidade vivenciada pela população negra no Brasil, em busca de uma sociedade democrática e plural. Nesse sentido, percebemos na educação um papel primordial na promoção de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial e o respeito à diversidade, como pretendido pela

inclusão da "História e Cultura Afro-Brasileira" nos currículos escolares. No entanto, cabe questionar como isso se dá nas práticas educativas e no processo de ensino-aprendizagem: basta conhecer e reconhecer as diferenças? Ou é preciso ir além, e colocá-las em diálogo?

O exercício da alteridade, de se colocar no lugar do outro, sob o ponto de vista do outro, relativizando as perspectivas com que se enxerga o mundo e a realidade na qual estamos inseridos, se mostra um grande desafio à educação. Não basta apenas constatar que vivemos em uma sociedade multicultural, é preciso ir além. É preciso fazer interagir e dialogar os diferentes grupos sociais e culturais, promovendo, assim o *interculturalismo*.

O interculturalismo pressupõe a interação e o diálogo entre diferentes culturas, favorecendo um tipo de convívio baseado no respeito à diversidade, no enriquecimento mútuo e na convivência pacífica entre as diferenças. O interculturalismo se difere do monoculturalismo – visto que este fomenta um tipo de cultura universal, podendo gerar exclusão de minorias culturais e étnicas –, e do multiculturalismo, que propugna a coexistência num mesmo espaço social de culturas diferentes sob o princípio da tolerância e do respeito à diferença, mas sem colocá-las em diálogo. “O diálogo constitui, pois, a diferença fundamental entre a proposta do multiculturalismo e a interculturalidade”, afirma Ana Maria Lopes (2012, p. 71). A autora destaca que é preciso observar que tolerar não significa necessariamente respeitar, podendo ser apenas um ato de indiferença, que não promove a empatia com aqueles que são vistos como diferentes. Se “tolerar para coexistir” pode ser o primeiro passo na direção de uma sociedade plural e pacífica, é preciso “dialogar para conviver”, para a criação de vínculos de solidariedade nas sociedades culturalmente diversas, princípio presente no interculturalismo (LOPES, 2012).

Promover uma educação intercultural é gerar um novo tipo de práxis, em que valorize e garanta a igualdade de tratamento e o reconhecimento mútuo, minimizando, e quem sabe, superando assimetrias de poder construídas historicamente. Trata-se de uma prática educativa que promova não só o respeito à diversidade, mas incentive a relação e a comunicação entre os grupos numa posição de igualdade, gerando o intercâmbio de conhecimentos, saberes e práticas culturais (HANNA, 2011).

Com isso, concordamos com Lima e Castilho (2010, p. 244) que destacam o papel fundamental da escola na “mitigação dos preconceitos e na construção das bases de uma nova consciência cidadã, pautada não mais na homogeneidade, mas na diversidade real de modos de

vida abarcados pelo país Brasil”. E assim, destacamos as contribuições da disciplina de Sociologia neste processo, já que o pensamento sociológico visa à desnaturalização das concepções ou explicações dos fenômenos sociais buscando, através de um processo de estranhamento e problematização, romper com a tendência naturalizadora com que se explicam as relações sociais. Além disso, a disciplina também contribui para a compreensão e valorização das manifestações culturais de diferentes etnias e segmentos sociais, atuando de modo a preservar o direito à diversidade. É neste sentido que apresentaremos, a seguir, o relato da atividade realizada pela disciplina, cujo objetivo foi trabalhar a temática da diversidade étnico-racial da sociedade brasileira, a partir de um estudo de caso com a comunidade quilombola São José da Serra (Valença/RJ).

### **Relatando a experiência e alguns resultados**

*A visita ao quilombo São José da Serra me fez mudar completamente minha visão sobre um quilombo. Nele aprendi muito mais que nos livros de história, pois os mesmos além de mostrar uma visão etnocêntrica dos quilombos não colocam a verdadeira definição de quilombo e nem a importância do mesmo para os quilombolas. O quilombo é muito mais do que nós aprendemos a vida inteira em livros, trata-se da identidade, do território, memória afetiva, cultura, religião e de muitos outros fatores que contarei ao longo deste relatório.*

(Andressa<sup>5</sup>, Trecho do Relatório de Trabalho de Campo, maio de 2019)

Ao longo do primeiro semestre de 2019, trabalhamos a temática racial nas aulas de Sociologia III, ministradas para os estudantes do 3º período do Ensino Médio Integrado do Curso Informática para Internet do IFRJ, *campus* Engenheiro Paulo de Frontin.

Nas primeiras aulas do semestre, foi apresentado aos alunos o debate histórico sobre a questão racial no Brasil pensada no processo de construção de uma identidade nacional, tal como exposto na segunda parte deste artigo; e lançada a proposta de realizarmos como trabalho da disciplina uma pesquisa, através de uma visita de campo, para investigar a identidade cultural e luta por reconhecimento a partir de um caso concreto: o Quilombo São José da Serra, localizado em Valença, interior do Estado do Rio de Janeiro. Proposta que foi aceita com entusiasmo pelos alunos.

Para chegarmos até a realização da visita de campo, algumas etapas preparatórias foram necessárias. A primeira delas, ocorrida em abril de 2019, constituiu na realização de seminários

---

<sup>5</sup> Os nomes foram modificados para manter o sigilo dos(as) estudantes.

temáticos sobre “Identidade e Luta por Reconhecimento: Comunidades Quilombolas”. O principal objetivo dos seminários estava na realização, pelos alunos, de pesquisa preparatória para a familiarização com os seguintes eixos temáticos: 1) Territorialidade, Memória Coletiva e Identidade; 2) Educação Escolar Quilombola; 3) Trabalho, renda e sustento; 4) Patrimônio Cultural: religiosidade, festejos, tradições. No momento do seminário, além da apresentação da pesquisa sobre o respectivo tema, cada grupo apresentou um roteiro de entrevista, com no mínimo cinco questões sobre a temática. A elaboração dessas questões se destinaria à realização das entrevistas e conversas com os moradores do quilombo, quando do momento da realização da ida a campo.

Na segunda etapa preparatória, ocorrida na semana seguinte à apresentação dos seminários, foi apresentada de forma detalhada a proposta de realização da visita de campo ao Quilombo São José da Serra. Primeiramente, vimos as diferenças entre pesquisa quantitativa e qualitativa, explicando que nesta última o pesquisador estabelece contato direto com o objeto de estudo, buscando compreender as particularidades de determinadas situações, questões ou grupos, e analisando o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Assim, nossa pesquisa seria do tipo qualitativa, por meio de uma visita de campo para coletar informações a partir da observação direta e da realização de entrevistas com os moradores do quilombo. Tendo como ponto de partida a temática “Identidade étnico-cultural e a luta por reconhecimento: o caso das comunidades quilombolas”, nossa pesquisa deveria investigar inicialmente: “Quais são os principais desafios e resistência dos moradores do Quilombo São José hoje?”, dialogando com os quatro recortes (territorialidade, memória coletiva e identidade; educação escolar quilombola; trabalho, renda e sustento; patrimônio cultural: religiosidade, festejos, tradições). Ainda nesta etapa, foram apresentados dados históricos e informações sobre nosso objeto de estudo: o Quilombo São José da Serra. Por fim, discutimos nosso cronograma de atividades, com datas e prazos para: entrega da autorização assinada pelos responsáveis dos alunos, entrega do roteiro de entrevista revisado pelos grupos, dia de orientações para a ida a campo, data de realização da ida a campo, e para a entrega e apresentação dos trabalhos finais (um relatório da visita de campo, individual; e uma narrativa audiovisual sobre os quatro eixos temáticos, em grupo).

A visita de campo ao Quilombo São José da Serra ocorreu no dia 09 de maio de 2019. Saímos do nosso *campus* às 8h50min, em um micro-ônibus fretado. Dos 23 alunos da turma, apenas um não participou da atividade. Nosso grupo foi acompanhado também pela Diretora

de Ensino e por uma professora da área de turismo, que nos ajudou com o registro fotográfico da atividade.

Chegamos ao Quilombo São José da Serra por volta das 11h e fomos recebidos pelo líder da comunidade, Antônio Nascimento Fernandes – Toninho Canecão – que nos conduziu até o galpão do quilombo, que se encontrava decorado com fotografias, utensílios, flores e frutas. No local, Toninho realizou uma breve fala de abertura na qual apresentou um pouco do histórico da comunidade, e explicou a programação das atividades do dia. Em seguida, visitamos as duas salas de aula da escola quilombola, momento em que os alunos-pesquisadores conversaram com as professoras e os alunos quilombolas, e conheceram um pouco sobre a proposta de educação escolar quilombola, que visa trabalhar, além dos conteúdos curriculares oficiais, a história, cultura e tradições do Quilombo São José da Serra.

A Educação Escolar Quilombola constitui um programa do Governo Federal, cujas referências encontram-se sistematizadas a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, dadas pela Resolução CNE/CEB nº 8 de 20 de novembro de 2012. A oferta da educação escolar para as comunidades quilombolas faz parte da luta pelo direito à educação, que se articulam a outras lutas como: pelo reconhecimento da sua identidade, pelo direito à memória e pela vivência da sua cultura.

Durante a visita à escola do Quilombo São José da Serra, os alunos-pesquisadores puderam perceber a importância de se ter uma escola na comunidade que garanta a seus estudantes uma formação básica, mas com respeito a seus valores culturais, à sua relação com o território e a ancestralidade e conhecimentos tradicionais<sup>6</sup>.

Saindo da escola, passamos pela cozinha de pau a pique, local onde os alunos puderam observar o preparo da “Feijoada dos Deuses” – nosso almoço –, e na Capela São José Operário, onde Toninho explicou sobre o sincretismo religioso entre o Catolicismo e a Umbanda na comunidade. “Assim que se entra na capela, nossos olhos já são logo chamados para o mural pintado na parede de frente para a porta, onde estava desenhado uma imagem de São José carpinteiro ensinando seu ofício ao menino Jesus, ambos negros”, escreveu Iris, uma das

<sup>6</sup> Algumas das reflexões feitas pelos alunos-pesquisadores sobre a educação escolar quilombola no Quilombo São José da Serra estão no artigo “Educação Libertadora: O Papel das Escolas nas Comunidades Quilombolas” (AUGUSTO, G. et al., 2019), publicado na Sessão Discente desta revista.

estudantes em seu relatório de trabalho de campo. “Cada um enxerga Jesus do jeito que quer. O nosso é negro”, explicou Toninho.

Esta particularidade chamou muito a atenção dos alunos, e esteve presente em vários de seus relatórios finais. O estranhamento da representação de São José e de Jesus como negros pode ter contribuído para a desnaturalização e relativização do olhar dos alunos-pesquisadores, que se questionaram sobre os símbolos e representações religiosas presentes no local e seus significados para os membros daquela comunidade específica.

Em seguida, nosso grupo foi dividido em dois grupos para realizar a caminhada pelo território do quilombo até o centenário Jequitibá, árvore que representa para os moradores a antiguidade da sua relação com o território. Cada grupo foi guiado por uma moradora: Luciene e Gilmar. Durante a caminhada até o Jequitibá, os alunos foram conversando com Luciene e Gilmar, levantando questões sobre as temáticas de estudo e realizando suas observações, que foram registradas por meio de fotografias e anotações em diário de campo, como demonstram os relatos a seguir:

Ao longo do trajeto foi possível aprender com a cultura e suas particularidades, o que permitiu que alguns preconceitos estabelecidos pelo fato de terem uma cultura diferente fossem quebrados. Houve, também, a confirmação da importância do território estudada com a experiência vivida, pois esta revelou o quanto aquele lugar não é apenas um pedaço de terra, mas é o local onde eles tecem sua vida, onde compartilham sua cultura, onde mantem as raízes, sua ligação com os antepassados e a história vivida por eles (Júlia, Trecho do Relatório de Trabalho de Campo, maio de 2019).

Outra estudante afirma em seu relatório de campo:

Durante a caminhada, tiramos todas as dúvidas a respeito da vida no quilombo, suas memórias e a importância do quilombo. Notei pela conversa com a Luciene que aquele lugar era muito mais do que apenas uma terra. Era perceptível pela maneira emocionada como falava, que aquele lugar representava seus ancestrais, sua história e sua resistência. Nesse momento me veio à cabeça que aquele lugar era deles por direito e que devia permanecer com eles (Maria, Trecho do Relatório de Trabalho de Campo, maio de 2019).

Como observado nesses relatos, o direito à terra possui centralidade para as comunidades quilombolas<sup>7</sup>. A terra significa muito mais do que um local de fixação para seus membros, representando formas e possibilidades de trabalho, renda e sustento, de preservação de tradições e memórias dos antepassados, local onde criam e recriam seus valores e seu modo

---

<sup>7</sup> O direito à terra ocupada por remanescentes de comunidades quilombolas é reconhecido oficialmente pela Constituição Federal de 1988. Por sua vez o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras está regulamentado pelo Decreto Federal n. 4.887/2003 e pela Instrução Normativa n. 57/2009, do INCRA.

de vida particular; dimensões da vida social traduzidas a partir do princípio fundamental da *territorialidade*.

A pedagoga e antropóloga Nilma Lino Gomes, relatora do Parecer CNE/CEB n.16/2012, destaca a importância do território para as comunidades quilombolas, afirmando que:

*o território diz respeito a um espaço vivido e de profundas significações para a existência e a sustentabilidade do grupo de parentes próximos e distantes que se reconhecem como um coletivo por terem vivido ali por gerações e gerações e por terem transformado o espaço em um lugar. Um lugar com um nome, uma referência forte no imaginário do grupo, construindo noções de pertencimento.*

A luta histórica das comunidades quilombolas pelo direito à terra e ao território se relaciona diretamente ao processo de luta pelo entendimento e reconhecimento do Brasil como uma sociedade pluricultural e pluriétnica, cuja identidade deve ser pensada pela consideração e valorização da diversidade étnica e cultural que a constituem. Como mencionamos anteriormente, a Constituição Federal de 1988 foi um marco histórico nesse processo, ao reconhecer o direito à propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes de comunidades quilombolas (LIMA e CASTILHO, 2010).

É no território que essas comunidades mantêm viva sua etnicidade, compartilhando coletivamente uma trajetória histórico-social e vivenciando-a através de tradições, costumes e valores culturais, o que permite a continuidade do modo de vida da comunidade<sup>8</sup>.

Após uma longa caminhada, chegamos ao Jequitibá. Silêncio absoluto. Sem termos combinado previamente, todos ficaram em absoluto silêncio, num estado de contemplação e introspecção. Os alunos, um a um, foram até a árvore e seguiram as instruções de Toninho: realizar dois pedidos, um pedido pessoal e um pedido para voltar ao quilombo. Revela uma das alunas em seus relatos do diário de campo:

*Me senti abraçada enquanto abraçava o Jequitibá, e percebia o amor e a importância para as quilombolas ali presentes, o fato do Jequitibá ter acompanhado todas as gerações com a luta, com o reconhecimento, e lá, realmente, impossível sair sem ser renovado, enquanto na passagem pela Casa Grande, nada foi sentido. (Luiza, Trecho do Relatório de Trabalho de Campo, maio de 2019)*

---

<sup>8</sup> Algumas das reflexões feitas pelos alunos-pesquisadores sobre a importância da terra e do território para as comunidades quilombolas estão no artigo “*A territorialidade e a Memória Coletiva no Quilombo São José da Serra (RJ)*” (SOUZA, A. et al., 2019), publicado na Sessão Discente desta revista.

A caminha até o Jequitibá foi considerada por muitos o auge da visita ao quilombo. Tanto em suas falas como nos relatórios de trabalho de campo, os alunos destacaram este momento como o que mais gostaram, citando a “energia positiva”, “a paz de espírito”, que “existe algo diferente no local”. Contudo, é importante destacar que tais percepções estavam associadas não apenas à beleza do lugar, ao silêncio e ao Jequitibá em si, mas, sobretudo, à representação construída pelos quilombolas acerca da árvore, como símbolo de resistência, antiguidade e vínculo ancestral com o território. Um conjunto de valores e significados culturais que são transmitidos pelos quilombolas ao longo das gerações, como também, aos que visitam a comunidade.

Infelizmente, não era possível se demorar no local, pois tínhamos que fazer a caminhada de retorno, em tempo para o almoço. No retorno, fizemos um caminho diferente. Passando pela antiga sede da fazenda, local onde hoje planejam construir uma pousada para estimular o turismo na região, e ser mais uma fonte de renda para a comunidade. No local há um memorial com fotos e descrições sobre a história do Quilombo São José da Serra, com destaque para a placa “Não entre sem autorização”, placa removida e quebrada por Toninho em 2015, no dia em que receberam o Direito Real de Uso de seu território.

De volta ao galpão, foi servida a tão aguardada “Feijoada dos Deuses”. Após o almoço, os alunos tiveram um tempo livre para descansar, conversar, andar pelo ambiente e se organizar nos grupos temáticos para a realização das entrevistas com o Toninho. Cada grupo, tomando como base o roteiro com as questões previamente elaboradas, entrevistou o Toninho durante aproximadamente 15 a 20 minutos.

Antes e enquanto Toninho nos contava sobre assuntos incríveis, percebia a felicidade e a simplicidade no olhar de cada um da comunidade, o orgulho do lugar onde morava, a vontade de contar como vivia e como essa vida é boa, a energia que cada um transmitia, me senti realizada com as próprias realizações deles, observava o quanto eram pessoas bem diferentes das que me relaciono no dia a dia, e o quanto isso era bom e gratificante. (Luiza, Trecho do Relatório de Trabalho de Campo, maio de 2019)

Ao término das entrevistas, é chegado o momento final, no qual os quilombolas se despendem de nós com uma Roda de Jongô, entoando e dançando seus cânticos com alegria, e demonstrando orgulho de sua história, cultura e identidade. Nos despedimos do quilombo, e retornamos ao *campus* às 18h30min.

Foi um dia marcante para todos nós, cheio de aprendizados vivenciados na prática, ao estarmos junto de e dialogando com o diferente, que nada mais é do que apenas um dos muitos



caminhos possíveis de ser e estar no mundo, uma dentre as várias possibilidades humanas de criar relações e formas de organização da vida social, uma dentre as diversas culturas existentes em nossa sociedade, cultura que busca cultivar formas de relações solidárias, cooperativas, igualitárias e, sobretudo, humanas.

Se, por um lado, a experiência de visita de campo ao quilombo São José da Serra foi retratada por alguns dos alunos-pesquisadores de forma romantizada ou idealizada, como evidenciado em alguns trechos de depoimentos de seus relatórios de campo; de outro lado, percebemos também o reconhecimento, respeito e valorização de sua cultura, tradições e modo de vida. E mais ainda, seus depoimentos demonstraram o respeito e certa preocupação pela garantia de seus direitos fundamentais e legais, como o direito à educação escolar quilombola e o direito ao território.

### **Considerações Finais**

Somos todos iguais ou somos todos diferentes? “Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”, afirma Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 56).

Como vimos, a diversidade étnica e cultural da sociedade brasileira tornou-se objeto de estudo de diferentes teorias que buscaram pensar a identidade cultural do país; ora negando sua diversidade, pela homogeneização das diferenças em uma identidade nacional única, ora denunciando a existência de conflitos e desigualdades vivenciadas pelas minorias étnicas, sobretudo a população negra.

Em meio a luta contra o “mito da democracia racial”, movimentos e ações foram desenvolvidos para o reconhecimento do Brasil como uma sociedade pluricultural e pluriétnica, pela valorização de sua diversidade étnica e cultural. Neste processo, acreditamos no papel fundamental da escola enquanto promotora de um tipo de ensino-aprendizagem que estimule o desenvolvimento de atitudes e posturas de reconhecimento, respeito e valorização das diferenças presentes em nossa sociedade.

Nesse sentido, uma proposta pedagógica desenvolvida e descrita aqui neste trabalho foi a realização de visita de campo ao Quilombo São José da Serra. Recebida, num primeiro momento, como novidade pelos alunos, a proposta de visita de campo logo se transformou em

um projeto marcado por entusiasmo, dedicação, engajamento e responsabilidade pelos alunos; e que não se resumiu apenas ao dia da visita, mas envolveu todo o planejamento prévio de pesquisa e de preparação para a ida a campo, quanto o trabalho posterior de seleção, organização e interpretação de informações e materiais coletados pelos alunos.

Ir a campo, conhecer o quilombo e conversar com seus moradores, despertou nos alunos a curiosidade, a reflexão, e questionamentos sobre vários aspectos que compõem a identidade cultural de seus moradores, como: as tradições culturais e religiosas presentes no local, a importância da escola e da educação para as crianças quilombolas, a centralidade da terra e da territorialidade para a continuidade de um modo de vida em comunidade.

Dessa forma, acreditamos que a realização da visita de campo com alunos de ensino médio não só despertou o interesse deles pela temática, como contribuiu para sua formação humana e acadêmica ao desenvolver a reflexividade e criticidade acerca de questões presentes na sociedade brasileira contemporânea, em especial, no que se refere à diversidade étnico-cultural de nossa sociedade.

### Referências Bibliográficas

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 10.639/2003**. Altera a Lei n. 9.394/2006, incluindo a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino.

\_\_\_\_\_. CNE/MEC. **Resolução nº 1, de 17 de junho 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. **Lei nº 12.288/2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. **Lei nº 12.711/2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

\_\_\_\_\_. CNE/CEB. **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Institui as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**, 3. ed., v. 2. São Paulo: Ática, 1978.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**, 26ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

GOMES, Nilma. **Parecer CNE/CEB n. 6/2012**. Parecer sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

HANNA, Paola. Educação Intercultural: limites e possibilidades do trabalho docente. In: **X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, PUC/PR, nov./2011.

INCRA. **Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o Decreto n. 4.887/2003.

LIMA, Antônio; CASTILHO, Sérgio. Grupos étnicos e etnicidade. In: MORAES, Amaury Cesar (coord.). **Sociologia: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino, 15).

LOPES, Ana. Da coexistência à convivência com o outro: entre o multiculturalismo e a interculturalidade. In: **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Ano XX, n. 38. Brasília, jan./jun. 2012, p. 67-81.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

PEREIRA, Deborah. O Estado pluriétnico. In: Souza Lima, A.C.; Barroso-Hoffmann, M. (Ed.). **Além da tutela: bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

SANTOS, Boaventura S. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Gustavo A. F. **Comunidade Quilombola São José da Serra**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. (Coleção Terras de Quilombo).

SCHWARCZ, Lilia: Racismo à Brasileira, In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. (orgs.), **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

### Consultas Virtuais

<https://www.youtube.com/watch?v=x-MsLXgrBdo> Acesso em 02/08/2019.